

Economia - Brasil

RENDIMENTOS

Ganhos reais sem impacto na inflação

ROMUALDO RIBEIRO/GAZETA MERCANTIL

Nas negociações, tíquete refeição, cesta básica e Participação nos Lucros

JULIANA ELIAS E FERNANDO RIBEIRO
SÃO PAULO

Inflação em baixa e economia aquecida estão garantindo aos trabalhadores não só a reposição das perdas salariais mas também ganhos reais de até 3%. Tendência verificada desde 2006, a prática se consolida neste ano e deve continuar em 2008, embora, para alguns analistas, com ganhos reais menores em alguns casos.

Representantes dos trabalhadores, das empresas e economistas ouvidos por este jornal são unânimes em reconhecer que tais reajustes não alimentam a inflação. “São três os pilares que sustentam esses aumentos”, diz o supervisor do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), José Silvestre de Oliveira.

“Os baixos patamares da inflação, o crescimento econômico como um todo e a própria ação dos sindicatos, que estão mais organizados e mais fortes”, avalia. “Se esse cenário positivo se mantiver, estaremos cada vez mais próximos de 100% dos acordos salariais que, pelo menos, zerem a inflação”. No primeiro semestre, restaram 3% dos reajustes abaixo do INPC.

Júlio Sérgio Gomes de Almeida, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e atual consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), acrescenta outro fator determinante para o atual processo: o contínuo crescimento da produtividade, sobretudo da indústria. “Enquanto os ganhos reais (nos reajustes dos pagamentos) não forem artificiais, ou seja, estiverem colados ao crescimento da produtividade, não há risco de inflação.”

Estudo recente do instituto mostra que a produtividade da indústria nacional — o total produzido a cada hora paga — cresceu 3,7% no primeiro semestre, junto com uma produção 4,8% maior. No mesmo período, dos 245 acordos que concederam aumento salarial acima da inflação, 222, ou 90%, tiveram até 3% de ganho real. Como quase o total está abaixo da evolução de 3,7% da produtividade, a própria expansão da indústria deve ser capaz de sustentar estes aumentos.

“Se essa proporção é mantida, temos somente efeitos positivos. Cresce a produção, cresce o lucro, cresce a arrecadação de impostos, crescem os salários”, diz Almeida que, no entanto, faz questão de ressaltar que esta lógica leva em consideração apenas os dados médios gerais. “É necessário avaliar o desempenho de setor por setor para saber se os reajustes salariais que cada um está concedendo são sustentáveis dentro de seu crescimento”.

Para o consultor do Iedi, o desenvolvimento da produtividade em 3,7% é uma boa média e, de acordo com suas previsões, deve se manter nesse patamar nos próximos anos. Por volta de 2012, Almeida acredita que haja impulso para que o avanço fique entre 4% e 5%, mesmo que estes níveis não

se mantenham por muito tempo. Isso significa que haverá margem para que a renda dos trabalhadores possa continuar sendo incrementada acima da inflação.

“Eu vejo o governo acenando com uma política industrial. Se a economia cresce 5%, os investimentos crescem 10%. Isso é o passaporte para que a produtividade continue aumentando, e maior produtividade gera oportunidade”, analisa ele.

A manutenção desse “cenário positivo”, na avaliação de Silvestre, do Dieese, poderá ainda permitir novos benefícios nas discussões trabalhistas. “Se a economia continuar nessa curva de crescimento, quando chegarmos em 2010 novos elementos podem ser colocados na mesa, que não só a reposição da inflação. Algumas categorias já negociam benefícios como isenção de tarifas bancárias, tíquete refeição, cesta básica, PLR (Participação nos Lucros ou Resultados). Todas essas são formas de renda indireta para o trabalhador.”

Os bancários são um bom exemplo desse último caso. Desde que conquistaram a PLR na campanha de 1995, a categoria tem contabilizado avanços. Naquele ano, a participação era de 72% e chegou a 80% do salário em 2006. Em 2007 a PLR foi mantida em 80%, mais um valor fixo de R\$ 878. *(Ver matéria nesta página).*

Reajustes menores

O economista Fábio Romão,

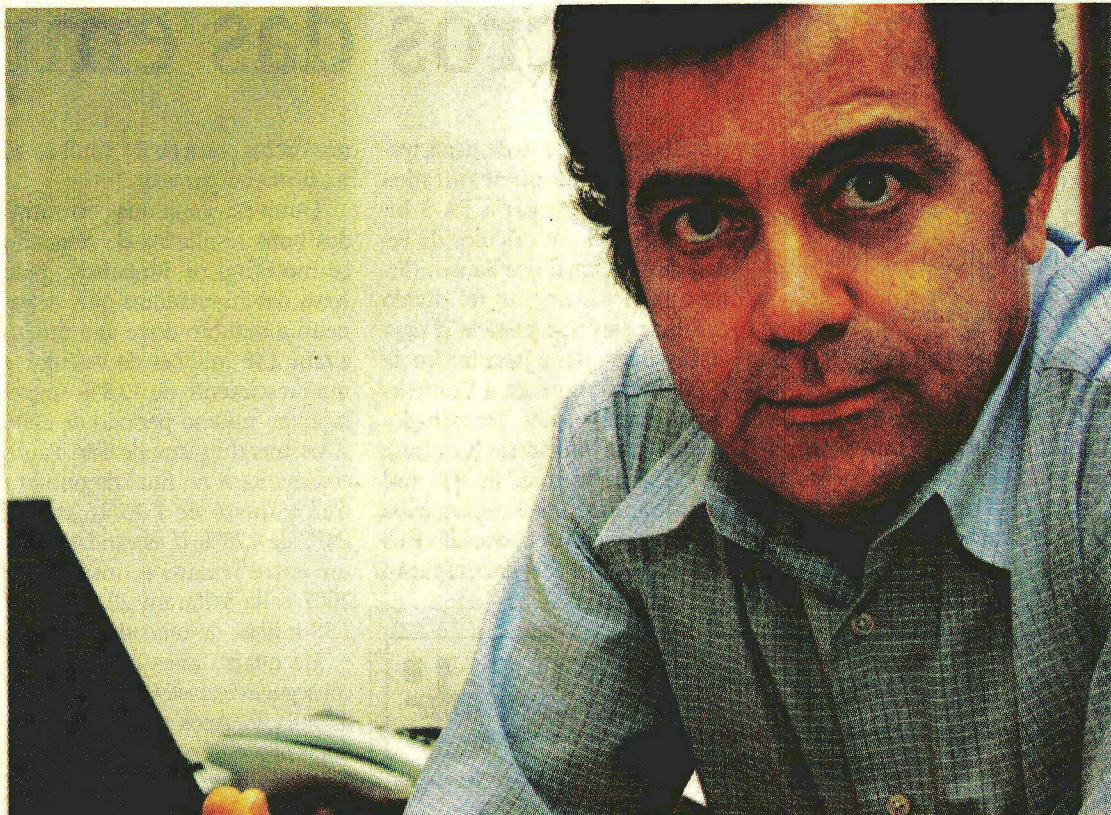
da LCA Consultores, também descarta a hipótese de pressões inflacionárias decorrentes dos reajustes salariais. Ele diz acreditar que o avanço do INPC em meses recentes, puxado sobretudo pelos alimentos, deverá permanecer no próximo ano, embora em um grau menor.

Tal cenário, diz ele, afastaria o risco de inflação, já que, com o preço dos alimentos num patamar mais elevado, parte dos ganhos dos trabalhadores seria neutralizada. Além disso, acrescenta ele, “fica mais difícil dar um ganho real para os trabalhadores em cima de um INPC de 4,4%. Por isso acredito que os reajustes no segundo semestre deste ano ficarão pouco acima da INPC e isso terá um impacto reduzido sobre a inflação do próximo ano”.

Na mesma linha do Iedi, o coordenador de Análises Econômicas do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Salomão Quadros, o atual ritmo de expansão da pode acomodar os reajustes com o aumento da produtividade e da eficiência.

“Não tenho visto indicação de inflação, além de pressões sazonais. No médio prazo vai depender da demanda e se as empresas vão conseguir elevar a sua lucratividade.”

Na opinião do economista da FGV, os reajustes salariais refletem um aquecimento do mercado de trabalho, com oferta e demanda de mão-de-obra. *Colaborou Ana Carolina Saito*



Silvestre, do Dieese: manutenção de “cenário positivo” poderá permitir novos benefícios